

**VII Congresso Latino-Americano de Estudos do Trabalho. O Trabalho no Século XXI.
Mudanças, impactos e perspectivas.**

GT 09 - Desigualdade Socioeconômica e Desenvolvimento

Título do trabalho: Construção de Metodologias Participativas com Populações Quilombolas: formação política e geração de trabalho e renda

Autor: Carlos Roberto Horta

Professor Adjunto no Departamento de Ciência Política da UFMG

Mestre em Ciência Política pela UFMG/1980

Doutorando em Educação pela UFMG – Linha de Pesquisa: Política, Trabalho e Formação Humana.

Construção de Metodologias Participativas com Populações Quilombolas: formação política e geração de trabalho e renda

As metodologias participativas são desenvolvidas pelo Núcleo de Estudos sobre o Trabalho Humano (NESTH/UFMG) em comunidades quilombolas, garimpeiras ou afetadas pela mineração, para fortalecer suas associações na relação com o poder público e com as empresas, a partir do conhecimento sistematizado e organizado, como referência da construção de sua subjetividade política. De 2006 a 2009, o NESTH executou, em Goiás, Minas, Rio Grande do Norte, Rondônia e Espírito Santo, a "Implantação da Agenda 21 Mineral", com a pesquisa-ação e a capacitação de fóruns de trabalhadores, com o poder local e a comunidade. Desde 2007, com projetos em 41 comunidades quilombolas, a experiência com metodologias participativas criou instrumentos de estímulo à autoconstrução de uma subjetividade cidadã pelas comunidades.

Construção de Metodologias Participativas com Populações Quilombolas: formação política e geração de trabalho e renda

Autor: Carlos Roberto Horta – NESTH/UFMG – Departamento de Ciência Política

A utilização e o aperfeiçoamento de metodologias participativas tem sido uma prática desenvolvida pelo Laboratório de Tecnologia Social do Núcleo de Estudos sobre o Trabalho Humano (NESTH) da UFMG, junto a comunidades garimpeiras, quilombolas e também junto a populações urbanas de áreas afetadas pela atividade mineradora. Trata-se de um trabalho que vem passando por novos experimentos, sempre associados aos elementos de realidade que surgem no decorrer dos projetos desenvolvidos junto a essas comunidades.

Neste relato de experiências, pretendemos descrever os processos de aplicação e implementação de metodologias apoiadas nos princípios da pesquisa-ação-participativa, que são utilizados também por outros grupos de pesquisadores, a exemplo do CIPS (Centro de Investigaciones Psicológicas y Sociológicas de La Habana) - órgão ligado ao Ministério da Ciência e Tecnologia de Cuba.

A equipe do NESTH veio utilizando os métodos da pesquisa-ação, já em 2005, com grupos de garimpeiros de seis municípios de Minas Gerais, no sentido de fortalecer suas associações, seja na relação com o poder local ou com as empresas, sempre a partir do conhecimento sistematizado e politicamente organizado, como referência essencial da construção de sua subjetividade política coletiva. No ano seguinte, e até 2009, o Núcleo desenvolveu, em cinco estados brasileiros, Goiás, Minas, Rio Grande do Norte, Rondônia e Espírito Santo, o projeto "Implantação da Agenda 21 Mineral, que incluiu a criação e capacitação de fóruns locais, com a participação de trabalhadores, poder local e das comunidades. A experiência com metodologias participativas desenvolvida pelo NESTH avançou sensivelmente, a partir de 2007, quando tiveram início os projetos do núcleo com comunidades quilombolas. Esses projetos, de início contratados pelo governo estadual, possibilitaram a criação e aplicação de instrumentos metodológicos específicos, voltados para o estímulo à autoconstrução de uma subjetividade cidadã dessas comunidades.

A investigação-ação-participativa com essas comunidades partiu do conhecimento delas sobre a sua própria realidade, com vistas a que elas pudessem consolidar sua inclusão cidadã e ter influência efetiva e decisiva nas questões que dizem respeito à sua vida, sua identidade e seu território.

A partir do planejamento das ações do primeiro projeto, "Quilombolas de Minas Gerais: resgatando raízes", iniciado em 2007, as primeiras idas a campo sinalizaram rumo a uma construção multidisciplinar, participativa, no compromisso de que o trabalho da universidade pública fosse de fato útil para essa parcela do nosso povo, historicamente marginalizada. Buscou-se uma metodologia que, mais do que ser apenas um diagnóstico, pudesse estimular o desenvolvimento de subjetividades e espaços de participação comunitária para a transformação social.

É fundamental ressaltar que o objetivo estratégico da pesquisa-ação é contribuir para o desenvolvimento da subjetividade social (subjetividade cidadã, subjetividade política em uma república) das comunidades, para que elas próprias possam resolver seus problemas e dar sustentabilidade às soluções obtidas. Subjetividade social, aqui, deve ser entendida como “processo que estabelece pautas, modula e reordena a ação individual, grupal, como também nas diferentes escalas em que se realiza o social. Isto enfatiza as possibilidades de pensar os sujeitos em diferentes níveis do social-individual, grupal, intergrupal, organizacional, interorganizacional, etc, - como atores com capacidade de ser agentes de mudança e não meros reservatórios que interiorizam a partir de uma noção de reflexo o contexto onde se realizam.” (Carmen Lili Rodriguez, Roberto Carral, Mario Rodriguez-Mena : Apuntes para el estudio de la subjetividad em el ámbito laboral: Cuadernos del CIPS/2009/Experiencias de investigacion social em Cuba, Publicaciones Acuario, Centro Félix Varela, La Habana, 2010. pp.56-57).

O trabalho se orientou pela construção dos seguintes instrumentos:

1º – Entrevista qualitativa embasada na tradição oral. Imersão no campo e aproximação com a comunidade. “Assuntar”. “Café com prosa”, “escuta a beira do fogão de lenha.”

A abordagem antropológica exerce um papel fundamental, sempre que qualquer trabalho envolva um universo com características particulares, e a antropologia desenvolveu toda

uma metodologia para tratamento do outro, do diferente. Não cabe estabelecer uma longa digressão sobre a metodologia antropológica, mas apontar o que é relevante para o universo em questão. Trata-se de dar visibilidade a uma realidade, pois, até a década de 70, não era vista a existência de uma territorialidade negra. Para garantia desta visibilidade, a Constituição de 1988, em seu Artigo 68 do ADCT, trata de reconhecer o direito à terra aos grupos negros, considerados remanescentes de quilombos. Coube à antropologia elaborar toda uma discussão teórica pautada na noção de grupos étnicos e de identidade étnica, para o artigo ser ampliado, não permanecendo apenas a visão histórica que remetia a uma ideia de quilombo não mais correspondente à realidade existente. Estas características continuam em jogo, quando se trata de estabelecer políticas públicas para as comunidades quilombolas.

Daí a necessidade deste instrumento, para que essas políticas públicas não sejam tratadas e trabalhadas numa perspectiva genérica, como muitas vezes acontece com as políticas públicas. Isto, porque, se as comunidades que a partir do Decreto 4887, de 20.11.2003, têm o seu direito garantido segundo critérios de autoatribuição, em realidade, apenas terão a propriedade, após um longo processo, durante o qual essas comunidades deverão ser visualizadas como grupos étnicos, (...) “com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (Art. 3º da IN do INCRA). Não se trata aqui de garantir o direito à terra, mas de, ao levar as características apontadas tanto no Decr. 4887, quanto no Art. 3º da IN do INCRA em consideração, termos como horizonte um fortalecimento da identidade étnica desses grupos, para que se situem com mais eficácia enquanto sujeitos no processo de definição do que é melhor para eles enquanto política pública.

No que se refere, especificamente, à criação do instrumento organizado através do enfoque qualitativo, o que se busca é estabelecer um conhecimento sobre as comunidades onde se realiza uma apreensão da história da ocupação da terra, da organização social, dos aspectos culturais e religiosos, das relações interétnicas com seu histórico e eventuais conflitos, do relacionamento do grupo com a realidade circundante, sua autodefinição e da coletividade envolvente.

2º - Questionário qualitativo dirigido a quem faz a relação efetiva e afetiva com o quilombo, quem busca documentação, liderança, porta voz da comunidade, professor (a) da escola, agente de saúde, etc;

Ao se formularem as questões, é importante que o pesquisador já tenha conhecimento vindo da observação e de informações colhidas anteriormente e já na situação de campo, bem como impressões suas.

As questões são abertas, e as pessoas devem sentir-se à vontade para falar livremente. Elas devem abranger as seguintes áreas:

1. Histórico da ocupação; 2. Religião, locais sagrados, rituais; 3. Características da linguagem cotidiana local; 4. Relações interétnicas. 5. Existência de conflitos entre a comunidade e a cidade, a comunidade e os outros grupos.

3º - Questionário dirigido ao grupo familiar, ao chefe do grupo doméstico;

A partir das informações recolhidas nesses dois instrumentos, os entrevistadores vão melhor preparados para conduzir a dinâmica de diálogo com o poder público e a sociedade civil do município. Desta forma acreditamos provocar/tornar mais transparentes os posicionamentos políticos desses agentes para o planejamento e implementação de políticas públicas para as comunidades quilombolas.

4º - Entrevista qualitativa para identificar as representações que se organizam em torno da comunidade quilombola, conhecendo um pouco mais sobre as mentalidades dos diversos atores locais e posições político/ideológicas sobre ações afirmativas de valorização da identidade étnica, captando opiniões influentes no senso comum e na produção de políticas no município. Na linguagem de Michel Foucault, seria a identificação do “regime local de produção da verdade” sobre a comunidade quilombola. Aplicado aos representantes do poder público (prefeituras, órgãos como EMATER), comerciantes, fazendeiros do entorno das comunidades, representantes de sindicatos rurais, diretores de escola/professores. Tem o papel de termômetro da realidade político-econômica de cada município, também fornecendo subsídios para a equipe elaborar as estratégias de aproximação, montagem e condução do Encontro Local.

5º - Encontro Local – Reunião comunitária envolvendo os diferentes atores locais em microarenas participativas, visando à validação das informações colhidas pelos instrumentos anteriores e a produção de enunciados coletivos que expressem as demandas das comunidades pesquisadas. Realizada em espaços de referência das comunidades, como escolas, igrejas, etc. A Microarena Participativa foi introduzida durante a pesquisa como recurso para explorar os limites e potencialidades que se apresentaram a partir da aplicação dos instrumentos anteriores. Seu pressuposto é a

ampla mobilização da comunidade que, através de visualização participativa, certifica as demandas identificadas a partir da aplicação dos questionários e entrevistas.

6º - Estímulo às potencialidades e à organização da subjetividade social –

Série de encontros na comunidade, para realizar oficinas que reforcem vocações presentes ou recuperem vocações interrompidas, no sentido de fortalecimento da identidade. No decorrer dos encontros, levantamento participativo dos problemas e necessidades identificados pela comunidade. As reuniões incluem os diversos segmentos da comunidade, reforçando a ideia da “união” para a solução dos problemas e a busca de aproximação com as demais comunidades quilombolas do município. Nesses encontros, organizam-se os preparativos para o sétimo instrumento metodológico.

7º - Encontro Quilombola na Sede Municipal – Neste instrumento, organiza-se a ida das comunidades até à sede do município, preferencialmente em praça pública, onde elas irão dialogar com os vereadores, com o prefeito, com os órgãos de fomento, setores da administração pública local e regional. Nos preparativos, terão sido envolvidas as autoridades municipais, que participam dando apoio ao transporte das pessoas, alimentação, local para descanso, fornecimento de barracas para venda dos produtos dos quilombolas, etc. Ao final do evento, as comunidades apresentam sua identidade cultural, através de danças, música e práticas que elas mantêm de suas tradições.

Bibliografia principal:

Dionne, Hugues – A Pesquisa-Ação para o Desenvolvimento Local – Brasília – Liber Livro, 2007.

Thiollent, Michel – Metodologia da Pesquisa-ação – São Paulo – Cortez, 1985.

Thiollent, Michel – Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária –São Paulo – Polis, 1985.